

que pressupõem um crescimento ilimitado, que tiveram em Prestes Maia um representante. Assinala-se o conflito entre o padrão urbanístico dos bairros-jardins e os modelos de vias retilíneas e largas consagrados nos códigos das primeiras décadas do século XX, além dos embates entre defensores e críticos da verticalização do centro da cidade, e entre propostas de criação de grandes avenidas por meio do alargamento de vias existentes ou criação de novas vias em fundos de vale.

Ao assinalar o descompasso entre planos e intervenções, o autor contrapõe ao teor e a amplitude dos projetos as características e o caráter parcial das realizações. Mostra o limite geográfico restrito atingido pelas reformas urbanas do início do século XX. Citando instrumentos como as taxas de calçamento e a contribuição de melhoria, indica a dificuldade encontrada de pôr em prática medidas amplamente defensáveis em termos conceituais. Referindo-se aos casos dos urbanistas Anhaia Melo e Prestes Maia, mostra os limites da aplicação de muitas das ditas “soluções racionais” recomendadas por urbanistas, que não conseguiram efetualá-las mesmo quando prefeitos da cidade. Tal descompasso evidencia não apenas limitações orçamentárias, como também a busca em conciliar a ação pública com interesses locais. Ao analisar a trajetória entre a formulação das propostas urbanas e a eventual intervenção, Campos evidencia os ajustes introduzidos e as negociações efetivadas que buscavam conciliar interesses diversos de setores do capital, de valorização fundiária, de reprodução da força de trabalho e de legitimação dos dirigentes. Analisando este percurso entre proposições e ações, o autor salienta como “o processo de intervenção urbanística, longe de ser mero campo de progresso técnico, implicava opções com sérias conseqüências sobre as condições de vida, acumulação e produção vigentes no centro urbano” (Campos, 2002, p.283).

Em meio a tais embates, o autor assinala o delineamento de algumas tendências, entre as quais a mais nítida é a crescente ênfase das intervenções – em especial a partir da década de 1920 – nas questões referentes a tráfego e sistema viário. Tal ênfase ocorre em detrimento de outras demandas – estéticas, habitacionais e de lazer – e se direciona, sobretudo, ao estímulo do transporte particular e do ônibus entre as modalidades de transporte coletivo. O Plano de Avenidas – concebido por Prestes Maia no final da década de 1920 – surge como um momento exemplar desta tendência.

Ao final de sua análise, Campos salienta o poder de permanência da visão expansionista e “rodoviarista” de Ulhoa Cintra e de Prestes Maia, enumerando intervenções recentes na cidade de São Paulo que concretizam diretrizes do Plano de Avenidas, como a passagem subterrânea da avenida Tiradentes, que integra o perímetro de irradiação e túneis e vias ligando as avenidas Bandeirantes e Salim Maluf, que integram o terceiro circuito perimetral.

Ao tratar a cidade de São Paulo como um campo de disputas entre idéias, práticas e projetos urbanísticos, que contrapõem concepções que afetam interesses diversos, o livro desvenda o papel central de urbanistas que atuaram no período em análise na mediação de conflitos de interesses e de visões de cidade. Analisando esta atuação, mostra como o domínio de técnicas, o conhecimento de experiências internacionais e uma suposta neutralidade fundamentada numa pretensa racionalidade foram instrumentos importantes. Mas, o grande mérito da obra é precisamente sublinhar o vasto campo de lutas – tantas vezes escamoteado em abordagens restritas a aspectos formais – que permeia o pensamento e a prática do urbanismo.

## **CIDADES ESTREITAMENTE VIGIADAS: O DETETIVE E O URBANISTA**

Robert Moses Pechman

Apresentação de Stella Bresciani

Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

*Amílcar Torrão Filho*

Clarice Lispector escreveu em uma crônica que, quando criança, acreditava que os livros nasciam em árvores. Hoje sabemos que eles têm autores e são resultado de muito trabalho e de um esforço de imaginação. Há ainda aqueles que são escritos inspirados em outros livros, que lhes abrem o caminho ou servem como fonte de informação, estímulo ou inspiração. É este o caso de *Cidades estreitamente vigiadas*: o detetive e o urbanista, de Robert Moses Pechman, inspirado que foi pela leitura de um pequeno livro já tornado um clássico. Considera-se o autor uma destas pessoas a quem, *por defeito de fabricação*, os “livros desequilibram, produzem abismos, causam estragos, torcem a vontade,

bagunçam a vida, desnorteiam o norte, enfim, mudam o rumo da vida” (Pechman, 2002, p.13). Desnorteados, bagunçados, desequilibrados, nosso autor se dedicou a estudar a cidade.

Este livro trata da paixão por livros; da paixão pelo estudo das cidades e do urbanismo; da paixão por uma cidade, que todos os brasileiros aprendemos a amar: o Rio de Janeiro. Trata-se de entender o processo de constituição de uma nova ordem social, urbana, civilizada, cortesã, “estimuladora da boa moral e da doçura dos costumes” com a chegada da família real portuguesa, na transferência inédita de uma corte europeia para os *tristes trópicos*. O livro do professor Pechman vem preencher uma lacuna nos estudos urbanos brasileiros ao destacar um período tão importante da história do Rio de Janeiro, e de todo o País, que até então só vinha atraindo a atenção da historiografia política ou social. Apesar da ruptura tão grande que significou para a Cidade Maravilhosa a chegada da corte, os *melhoramentos* urbanos de D. João não suscitaram um interesse muito além do anedótico para a historiografia do período.

Civilização e barbárie se enfrentam no Rio que se “civiliza”. Um conceito não vive sem o outro, cruciais, segundo o autor, como elementos “no processo de formulação de imagens que deu legitimidade à moderna ordem urbana brasileira, e que se fundou no que talvez pudéssemos chamar de *pacto urbano*” (p.24). Apesar de predominantemente agrário, é na cidade, no espaço urbano, que se constitui uma *pax villae*, um “processo civilizatório” brasileiro, que ao mesmo tempo se opõe e se adapta à antiga ordem senhorial. É na nova capital do Reino de Portugal, e depois do Império do Brasil, que se constituirá este pacto urbano, em que o príncipe regente acomodaria, “com todos os rapapés e *politesses* ainda que um tanto gastos, uma sociedade cortesã” (p.67).

Robert Pechman faz uma leitura original de suas fontes e do período que estuda. Ele, por exemplo, retoma o sentido coevo da palavra *polícia*: não apenas “conter a criminalidade”, policial significava também “polir, assear, adornar”. Disciplinar e reprimir sim, mas tendo em vista um código de costumes e de convivência urbana, de *cortesia*, de chamar à ordem os que dela se desviavam, “numa espécie de ‘integração social pela civilidade’” (p.72). Tão logo chega ao Rio, D. João empossa o intendente geral da polícia, encarregado de

levar a cabo a “reforma urbana” empreendida na renovada capital: zelar pelo cuidado e conservação da cidade, de seus logradouros públicos, pelo cumprimento da Lei e repressão ao crime e pela obediência ao código de moral e costumes da urbanidade que se pretende implantar. A polícia é, também, um poderoso agente de civilização; e a cidade é o laboratório onde se experimenta o “modelo nacional de ordem e civilização”, é “o lugar da exemplaridade” (p.107).

Por meio do delicioso romance de Manuel Antonio de Almeida, *Memórias de um sargento de milícias*, Robert Pechman observa as estratégias de controle da nova *polícia urbana* e as brechas de resistência encontradas por parte da população que não se enquadrava nas “novas práticas da sociabilidade nos marcos do que se passou a chamar de *civilidade*” (p.76). Por meio da persuasão a Intendência Geral de Polícia procura incorporar o indivíduo ao mundo da ordem, reconhecer a esfera pública, tão difícil numa sociedade como a brasileira, na qual a esfera privada sempre ocupou espaço tão importante. Observa o autor que, ao contrário da tradição colonial, de exílio, degredo, morte natural e, no limite, condenação à morte, a nova ordem de civilidade se fundamenta, precisamente, “a partir do ‘reconhecimento’ e ‘incorporação’ da nova camada de indivíduos moradores da cidade, os quais têm que ser trazidos para a órbita da sociabilidade” (p.80). Função que caberá à polícia, aos novos manuais de civilidade que se multiplicam na recém-liberada imprensa, pregando a doçura dos costumes e o respeito às hierarquias e à ordem estabelecida, à civilidade entendida como “antídoto à revolta, à maldade e ao ócio” (p.88). Estamos aqui, como lembra o autor, no domínio da política: “Ordem, etiqueta, cortesia, civilidade, política acabam se articulando na manutenção da paz social e devem ser entendidas como fazendo parte de um mesmo processo de construção de imagens sobre o que se deva ser o convívio social” (p.90). Mas o efeito da polícia na garantia da estabilidade social, da *pax urbana*, não é maior do que o potencial sedutor da cidade, “sua capacidade de evocar a civilização, seu poder de atrair para um projeto que prometia o futuro” (p.112), que prometia a ordem, a civilização e o controle dos bárbaros que assaltavam incessantemente os muros da civilidade.

A cidade colonial, vista como defasada, inculta, desorganizada, não serve aos propósitos do processo

civilizador, não está preparada para receber o “espírito cortesão” e as novas formas de sociabilidade que chegam com a família real portuguesa e, em seguida, com o Império. Uma nova cidade deve-se desenvolver para abrigar esta *sociabilidade cortesã* que se forma, já que, lembra o autor, corte e cidade, “apesar de ocuparem o mesmo espaço, não são a mesma coisa” (p.238). Antes mesmo de ser cidade, o Rio de Janeiro se tornou corte, espaço onde se gesta a civilidade, onde a burguesia se “aristocratiza”, onde a civilização luta contra a barbárie. Daí a necessidade de um romance urbano que sintetize as definições da cidade, da corte e da civilidade; mas, para que nasça este romance urbano, “é preciso, antes de tudo, inventar o urbano, ainda que a cidade exista já há muito tempo”. O urbano entendido como a “invenção social na cidade” (p.204), como o conjunto de normas, regras e modelos que marcam as fronteiras entre civilização e barbárie.

Na construção desta sociabilidade urbana, Pechman destaca o terror que os habitantes da cidade brasileira do Império sentiam em relação aos escravos. Mas sua originalidade está em perceber neste medo não somente o desejo de manter a ordem senhorial escravista, mas acima de tudo de evitar a desordem urbana. Pois na cidade “o sistema escravista não pode ser pensado fora de um projeto de ordem urbana” (p.304). A particularidade da escravidão urbana, marcada pela “ausência do feitor”, faz do escravo “não necessariamente um revoltoso mas, certamente um *desordeiro*. No ambiente urbano, o escravo não é só um cativo, ele é, também – à sua maneira – um ‘habitante’ da cidade” (p.304). Assim, no Rio de Janeiro da corte não é apenas o medo de que a cidade se transforme num Haiti que aterroriza os brancos e preocupa a polícia, mas de que ela se torne mais parecida a Londres ou Paris, com suas hordas de miseráveis e desocupados e seu terrível “espetáculo da pobreza”. O medo ao negro, como diz o autor, “se urbaniza e, ao se urbanizar, faz do negro a imagem da anticidade daquilo que não deve ser a cidade” (p.310).

O escravo pode não apenas “incendiar” a cidade mas acima de tudo contaminá-la, tanto física quanto moralmente. É assim que ele aparece na literatura, no teatro, nos folhetins, nas teses de medicina. Como nesta de 1846, citada por Pechman, na qual o doutor Manoel Moraes e Valle afirma ser o “Rio de Janeiro, cidade vasta e populosa (...) onde o polido do cortesão se

acha mesclado à grosseira familiaridade africana, onde o encontro dos costumes americanos, africanos e europeus que se chocam e se repelem, constitui um todo informe” (p.314). Uma proximidade que ameaça a cidade e sua ética cortês e urbana.

A cidade é, assim, o espaço desejado e temido, céu e inferno da civilização, cheia de mistérios, tentações e perigos insondáveis, que atrai talentos como o de Juliano Sorel de Stendhal, de Luciano de Rubempré e de Eugênio de Rastignac de Balzac para, em seguida, destruí-los. Cidade que atrai também os “rejeitados da civilização”, onde se acomodam “os dissolutos, os preguiçosos, os mendigos, os turbulentos e os esbanjadores de dinheiro.”<sup>1</sup> A cidade dos vícios e crimes subterrâneos, que irrompem quando menos se espera, dos selvagens, das classes perigosas, dos que se ocultam para contaminar a civilização. Daí a necessidade do detetive para descortinar o mal que se acastela nas fimbrias do urbano. O romance policial é o caminho através do qual Pechman vai se “defrontar com as questões da ordem urbana, tão caras na configuração da urbanidade quanto do próprio urbanismo” (p.272). Se a cidade é o “campo de batalha onde a vida social vai ser jogada e, de sua conquista, depende a sobrevivência da ordem social (p.275)”, o romance policial nasce para detectar o mal escondido; e o detetive nasce com a incumbência de solver os seus mistérios e identificar seus criminosos e os bárbaros que ameaçam o “pacto urbano” (p.290). E aí vem o golpe de mestre do autor – para usar uma linguagem próxima do romance policial: identificar o detetive ao urbanista. O *detetive*, treinado no espírito racionalista-científico derivado da Ilustração, “está na origem de um esforço de leitura da cidade que irá desembocar, no século XX, no *urbanista*, cuja missão é transformar a cidade num objeto de todo transparente com o fito de desvendar seus enigmas e, ao fazê-lo, enquadrar a cidade de forma a controlar toda ameaça de desordem e quebra da lei” (p.282). Dessa maneira entende Pechman o aparecimento dos engenheiros-urbanistas e as grandes reformas urbanas pelas quais passa o Rio de Janeiro no século XX, então capital republicana.

Os urbanistas têm como função a defesa da cidade contra os bárbaros que a querem desfigurar, macular

<sup>1</sup> Maria Stella Martins Bresciani, *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza* [1982]. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p.42. (Col. Tudo é História, v. 52.)

sua beleza, em geral os pobres. Dar uma ordenação *racional e científica* à organização urbana. Realizar a antítese daquilo pelo qual se critica as cidades medieval e colonial, que crescem desordenada, orgânica e livremente, de acordo com a vontade e os “caprichos” de seus moradores, muitas vezes estes bárbaros a que tanto se teme. Este urbanismo que cria a cidade sem criar o cidadão.

Robert Pechman utiliza de maneira criativa uma grande diversidade de fontes: crônicas, folhetins, romances, peças teatrais, revistas de ano, teses de medicina, correspondência e documentação dos órgãos de polícia, manuais de civilidade, tudo isso numa prosa fluente, acessível, às vezes agradavelmente informal (os tradicionais *agradecimentos* são substituídos, por exemplo, por um carioquíssimo *Aquela Abraço*), mas sem perder o rigor e a sofisticação da análise. Isso sem contar referências culturais variadas, como a poesia contemporânea, o cinema tcheco, do qual empresta o título de seu livro (do célebre filme *Trens estreitamente vigiados*, de Jiri Menzel), ao romance policial (cujos seguidores constituem uma seita fiel e que encontrarão nesta obra uma leitura muito prazerosa), além de um projeto gráfico excelente.

Para terminar vale lembrar que o livro que mudou o rumo de sua vida e inspirou suas pesquisas em urbanismo foi *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*, de Maria Stella Martins Bresciani, orientadora deste trabalho apresentado como doutorado na Unicamp, que certamente inspirou a muitos outros estudiosos da cidade no Brasil.

## **ESTÉTICA DA GINGA – A ARQUITETURA DAS FAVELAS ATRAVÉS DA OBRA DE HÉLIO OITICICA**

Paola Berenstein Jacques

Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra, Rio Arte, 2002.

*Pasqualino Romano Magnavita*

No mundo editorial contemporâneo a publicação de livros relacionados com aspectos teóricos/conceituais inovadores, visando estabelecer parâmetros inéditos na formação discursiva da arquitetura e de seus fundamentos, tem se demonstrado um aconteci-

mento cada vez mais raro. Paradoxalmente, hoje, como nunca, a publicação de livros e textos sobre arquitetura tem crescido exponencialmente. Evidentemente, a questão não se encontra na proliferação viral de publicações que preenchem as estantes de livrarias e bibliotecas especializadas, mas no uso de novas formas de pensar, no emprego de novas lógicas, de instrumental teórico inovador. Regra geral, a quase totalidade de livros e textos que integram o universo editorial contemporâneo relacionados com a arquitetura constitui um incomensurável catálogo de repetições e reciclagens conceituais herdado da modernidade.

O livro *Estética da ginga* de Paola Berenstein Jacques constitui um singular acontecimento no âmbito da cultura arquitetônica em nosso país. Filosoficamente, o termo *Acontecimento*, no sentido empregado por Deleuze/Guattari, ocorre quando surge um problema, um questionamento que favorece uma virtualização. Esse processo imaginativo que constitui o Virtual pressupõe o Atual e visa a sua atualização. Quando o virtual, como entidade, adquire consistência, tal fato constitui um acontecimento, um ato de criação. Propriamente, o acontecimento, como processo, não começa nem acaba, pois tem uma parte sombria e secreta que não pára de se subtrair ou de se acrescentar à sua atualização. É um real sem ser atual, ideal sem ser abstrato. O acontecimento, em sua potencialidade, é pura reserva. A *Estética da ginga*, como acontecimento, possui justamente essa potencialidade criativa. Trata-se de um ensaio teórico/conceitual aberto que procura sua atualização vislumbrando uma nova forma de pensar os fundamentos da arquitetura e, dessa forma, tem como alvo contrapor-se às formas convencionais e acadêmicas de entender a arquitetura.

A mudança nas formas de pensar constitui um referencial marcante da cultura contemporânea. Tal fato é bastante evidente quando se tem presente o processo de desconstrução da *lógica binária* e do *modelo arborescente* que lhe corresponde, herança da condição cultural moderna. Entre as formas de pensar contemporâneas, o surgimento da *lógica da multiplicidade* e a *percepção rizomática* que lhe corresponde (Deleuze & Guattari) constituem um marco significativo dessa desconstrução na forma de pensar. Inserindo-se nesse processo desconstrutivista, a autora optou por adotar como ferramenta teórica o repertório conceitual contido na referencial obra *Mil platôs* escrito em parceria